Indicação Geográfica e a organização dos pequenos produtores uma questão de territorialidade

Luis Adriano Batista¹

Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Poços de Caldas, Poços de Caldas, MG,
luisadriano.adm@gmail.com

Introdução

Em um país continental como o nosso, o tema do desenvolvimento territorial parece ter importância permanente. Seja em razão de aspectos geopolíticos, ambientais ou agrários, a questão do território constitui eixo fundamental do debate sobre a incorporação de espaços amplos e públicos.

O termo território deriva do latim, *territorium*, que, por sua vez, significa terra que deriva de pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o “prolongamento do corpo do príncipe”, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes (ALBAGLI, 2004).

Para Raffestin (1988): a diferença entre territorialidade humana e animal se dá quando os grupos humanos passam a produzir territórios, e não apenas deixam marcas como os animais, mas sinais com significados culturais. Ainda segundo o mesmo autor (1993) o território trata-se de: uma produção a partir do espaço, constituindo-se por relações de trabalho, revelando relações de poder.

Outros autores contribuem para a definição do conceito de território como: Souza (2001), pois para ele território é um campo de forças. Sua gênese traz embutida a questão: “quem domina ou influencia no espaço, e como?”

Nestes termos a Indicação Geográfica surgiu na Europa como forma de proteção para os agricultores de determinadas regiões que verificaram que seus produtos apresentavam diferentes características e qualidade em relação a outras regiões do mundo. Portanto, traz como conceito principal a proteção dos produtos específicos de determinada região contra falsas indicações de procedência. O primeiro acordo internacional de proteção às indicações geográficas foi a convenção de Paris (CUP), de 1883, assinada por 164 países, entre eles o Brasil.

Embora esteja bem difundida nos países europeus, nos países em desenvolvimento esta modalidade de propriedade intelectual ainda é um processo relativamente recente para a maioria das pessoas. Assim, a implementação das IG e seus resultados irão depender, em grande parte, da forma como a região se apropria e explora essa oportunidade e também da capacidade de articulação dos atores locais, na capacidade de se associarem para uma busca de valorização do produto e da região de produção, levando-se em consideração as características, costumes e história local.

Desta forma, pequenos produtores de três municípios na região do Sul de Minas, após um mapeamento realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e com o apoio de outros atores envolvidos formaram uma associação, e com o incentivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS está buscando através da modalidade de Indicação de Procedência – IP a aprovação do INPI para o café produzido nesta região.

A constituição desta associação tem como objetivo, padronizar a forma de cultivo e os tratamentos da cultura, agregando valor ao produto, de forma que, tragam maiores benefícios aos produtores no mercado interno e externo, estes, em sua maioria, como produtores ligados a agricultura familiar. Verificar a forma como se dá a participação destes atores na formação desta associação é de extrema importância para o sucesso e sustentação da mesma, uma vez que, a iniciativa ocorreu através de atores ligados à pesquisa da cultura cafeeira, mas que não estão envolvidos diretamente com a dinâmica da associação, portanto, é necessário avaliar como esta associação, que engloba três municípios e que apresentam realidades diferentes em relação à agricultura familiar está ocorrendo, principalmente no município de Machado onde a concentração de terra nos estabelecimentos não familiares é muito superior a de seus municípios vizinhos e associados nesta busca pela Indicação Geográfica.

Material e Métodos

Os estudos, para a construção deste trabalho, foram realizados nos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo onde foi mapeado pela EMBRAPA-CAFÉ como área para uma produção de café com características especiais.

A modalidade de pesquisa adotada foi a qualitativa, com abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa faz uso de dados descritivos obtidos pelo pesquisador no contato com a situação em estudo, enfatiza o processo realizado e leva em consideração a perspectiva dos participantes. Transforma em qualidade a questão a ser medida (em detrimento da quantidade) e para tal usa como recurso entrevistas e questionários (GUIMARÃES, 2009).

Em um primeiro momento, em razão da necessidade de informações sobre a região do Sul de Minas, ainda mais sobre a produção do café, adotou-se o método do estudo de caso. Esse método é indicado para estudos em que se trabalha com um caso específico, que se considera típico ou ideal para explicar determinada situação. Ele permite tratar uma situação-problema com maior profundidade, possibilita maior integração de dados e é útil em fase inicial de investigação, quando se busca ampliar o conhecimento a respeito de determinado tema. O estudo de caso, quando qualitativo, “se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

Os procedimentos metodológicos foram combinados e realizados da seguinte forma:

1) Pesquisa bibliográfica:

Em sua primeira fase buscou-se embasamento e conhecimento através da leitura de livros, artigos, dissertações, teses etc. sobre assuntos envolvidos direta e indiretamente com o tema de estudo e metodologias do trabalho. Tais informações servem de apoio para as análises e discussões propostas.

2) Levantamento de informações secundárias:

A realidade dos três municípios do Sul de Minas envolvidos com a implantação da IG (tendo o autor como observador) é construída, primeiramente, com base em dados de censos agropecuários e demográficos, em publicações relativas à produção agrícola municipal e regional e em outros trabalhos existentes sobre a região e sobre o café. Os dados levantados são complementos relevantes na construção do levantamento histórico da região.

3) Levantamento de informações primárias:

Outras informações foram obtidas junto a órgãos governamentais (EMATER, Governo do Estado de MG, Ministério da Agricultura, INPI, EMBRAPA e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS), e órgãos não governamentais, como a Associação dos Cafeicultores de Campestre, Machado e Poço Fundo - ACAFESUL. Também algumas informações e materiais foram buscados junto à população objeto de investigação, através de entrevistas e conversas informais e em jornais de circulação regional e nacional. Essas informações podem ser agrupadas da seguinte forma:

A. Dados complementares às estatísticas oficiais, como o número de produtores de café na região, seus respectivos nomes e localização, número de produtores associados à ASSOCIAÇÃO ACAFESUL, número de propriedades participantes etc.

B. Referências documentais sobre o café, fatos históricos, projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região etc.

4) Observação participante:

O desenho de investigação participante e de investigação-ação tem origem na década de 60 na psicologia social francesa. Na América Latina foram influenciadas pelo pensamento problematizador da realidade social a partir de Paulo Freire (2003). Estas modalidades de investigação nascem com a finalidade de orientar para a solução de problemas concretos “como tentativa de promover o incremento de participação dos camponeses e grupos sociais mais relegados da sociedade nos processos sociais e sua integração no debate político. Temos que atentar para que a primeira consiste em um tipo de pesquisa estreitamente concebida e realizada junto com intervenções sociais orientadas para a resolução de um problema coletivo no qual se envolvem os investigadores e os participantes. Esses últimos devem ser representativos do processo que buscam transformar (THIOLLENT, 1987).

A investigação participante inclui pessoas leigas, representativas de situações a serem transformadas, de forma orgânica à produção de conhecimento sobre tais situações, sem necessariamente estar vinculada a uma ação direta (MINAYO & CRUZ, 1999).

Esta técnica é importante pelo fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas.

A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Como outras técnicas, no entanto, tal metodologia apresenta suas dificuldades e desvantagens. O pesquisador (ou observador) torna-se parte do contexto, podendo modificar e ser modificado por ele. Além disso, a proximidade do pesquisador em relação aos atores impede talvez que se visualize ou questione – de forma direta – determinadas situações, como alguém “de fora” o faria.

Resultados e Discussão

As montanhas de Minas Gerais, conhecidas nacionalmente, buscam agora um reconhecimento de pequenos territórios, antes escondidos em suas encostas e em suas bases, o café, que guarda uma história rica alinhavada com a história local e também nacional é o promotor para a busca de uma mudança interna e externa para os produtores dos municípios de Campestre, Machado e Poço Fundo, todos pequenos municípios, mas que guardam ao mesmo tempo similaridades e também diversidades como em qualquer parte de qualquer território, mas buscam a união para enfrentar os desafios que são impostos pela economia globalizada e em termos gerais sem uma fronteira que os proteja.

No processo de implementação da indicação geográfica “Montanhas do Sul de Minas”, assim como em outros casos, a participação das instituições públicas e privadas tem sido imprescindível. No caso da ACAFESUL o acompanhamento e apoio das instituições é tão abundante, que a associação chega a se sentir “sem norte” caso elas as abandone após a obtenção da IG, como se não fossem capazes de andar por meios próprios. Falta provavelmente, uma melhor organização interna da Associação, um fortalecimento, na verdade do associativismo. A ACAFESUL deve se organizar neste sentido para que, além de proporcionar continuidade do trabalho da Associação, consiga a interação e envolvimento dos produtores de café e da própria comunidade, proporcionado também a promoção e desenvolvimento da região como um todo.

Acima do estabelecimento de normas e serviços que regulam todo o processo, o sucesso de um programa de implementação de uma IG depende do fortalecimento e envolvimento da Associação de produtores e da estruturação de redes locais de apoio técnico e científico. Além disso, o enfoque do desenvolvimento local deve assumir importante posição nas discussões entre o grupo, onde se contemplem “as ações dos atores sociais locais, as lógicas integradas de valorização dos recursos e de suas capacidades para atuarem na transformação do território em que vivem, potencializando, assim, os espaços de decisão da comunidade local, visando à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes” (CALDAS, 2004).

As instituições parceiras têm realizado relativamente bem suas atribuições, suas pesquisas, porém falta sinergia entre elas e entre elas e a Associação, principalmente pelo fato das pesquisas não serem de fato participativas. Também é este um dos motivos pelo qual a Associação se sente desnorteada sem a sua presença. Todo conhecimento deve ser compartilhado para o melhor funcionamento da Associação e o desenvolvimento da região.

Com relação a outra questão relevante, quem garante que não haverá exclusão social provocada em boa parte pela própria obtenção da IG (o principal objetivo da ACAFESUL)? Aliás, a baixa participação e envolvimento de produtores de café e também da comunidade aponta um estrangulamento na rede social da Associação, caracterizando cada vez mais um “clube”. Neste sentido, seria de se esperar uma maior exclusão do que integração social [?].

Por outro lado, a ACAFESUL abre novas portas para oportunidades na região. O estrangulamento da Associação é um resultado talvez “não consciente” das suas ações (embora intrínsecas a elas). Exemplo disso é a recente preocupação com a falta de envolvimento dos associados nas ações do grupo.

Parece faltar espírito coletivo e inovador em grande parte da população. Com o tempo, espera-se que mais pessoas enxerguem e se engajem nas oportunidades “geradas” (fortalecidas) pela Associação. É preciso, contudo, haver maior coesão social, e não flexibilidade social.

De modo geral, os processos de implementação de indicações geográficas e a sua consolidação podem representar tanto uma ameaça quanto uma oportunidade ao desenvolvimento Territorial sustentável, promovendo (respectivamente) maior exclusão ou maior integração social. O seu resultado depende principalmente do modo de governança local, bem como da mobilização de recursos territoriais, onde a Associação assume o papel principal.

A implementação de uma IG é um processo que busca elementos no passado, na sua história, na sua cultura, identificando e mobilizando recursos territoriais, mas seu principal objetivo ainda é a projeção no mercado (na maioria das vezes não só local, mas nacional e internacional). A possibilidade de uma IG funcionar como ferramenta para promover o desenvolvimento territorial sustentável não deveria simplesmente ser cogitada ou mencionada em projetos para a sua implementação, mas sim assumir seu principal objetivo (ou mesmo ponto obrigatório) para que se trabalhe contra o mais grave problema da sociedade capitalista: o crescimento inevitável das suas assimetrias, a desigualdade social.

O programa de desenvolvimento de uma IG deve, neste sentido, procurar atingir mesmo os produtores marginalizados, a fim de evitar sua exclusão social. Embora a indicação geográfica possua normas e legislações, não deve ser tomada como modelo de padronização extrema. Ou seja, toda a diversidade local, cultural, econômica, ambiental e social deve ser levada em conta, lembrando-se que o que se deseja é a qualificação do produto e da localidade, e não a sua padronização.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, S. e MACIEL M.L. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E.C. ; MACIEL, M.L. (orgs.) Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p.423-440.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. (orgs.). Glossário de Arranjos Produtivos Locais. Projeto Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de MPME: uma nova estratégia de ação para o Sebrae. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/RedeSist. www.ie.ufrj.br/redesist/piloto, 2002.

CALDAS, Alcides dos Santos. Novos usos do território: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento regional. Bahia Análise & Dados. Salvador, v.14, n. 3, p.593-602, dez. 2004.

CASSIOLATO, J.E. e LASTRES, H.M.M. (eds). Globalização e Inovação Localizada:

experiências de sistemas locais no MERCOSUL, IBICT/MCT, Brasília, 1999.

CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MINAYO, M.C.S. & CRUZ NETO, O. Triangulación de métodos en da evaluación c programas y servicios de salud. In: BRONFMAN, M; CASTRO, R. (Coords.). Salud Cambio Social y Política: perspectivas desde América Latina. México: Edamex, 1999. p. 65-80.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo J.L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1987.

VILELA, P.S & RUFINO, J. L .S. Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais. Belo Horizonte: INAES, 2010. 300p.